

CORREIO DE CAMPINAS

POR
RAQUEL VALLI



Moção é de autoria da vereadora Fernanda Souto (PSol-SP)

Câmara aprova moção contra a demolição do Instituto Adolfo Lutz

A Câmara Municipal aprovou a moção da vereadora Fernanda Souto (PSol-SP) contra a transferência do Instituto Adolfo Lutz, que fica na Capital paulista. O governo do Estado de São Paulo pretende demolir a estrutura para a construção de um hospital em parceria com a iniciativa privada. O instituto atua na vigilância em saúde, vigilância epidemiológica, controle de doenças, diagnósticos e exames laboratoriais de identificação de doenças infectocontagiosas. Realiza exames para a identificação de casos de enfermidades como ebola e sarampo, além de orientar ações de prevenção, restrições de circulação e vigilância. Funciona como centro de pesquisa e campo de estágio para estudantes de pós-graduação. Mas, a demolição e remoção recebe críticas tanto de associações, quanto de sindicatos.

Risco de inutilização

Os argumentos apontam que a transferência de material biológico exige estrutura para a segurança e que experimentos correm risco de inutilização, que a mudança compromete fluxos construídos ao longo de décadas e afeta a vigilância em saúde. A vereadora de Campinas sustenta ainda que a medida integra “o projeto de desmonte de Tarcísio (Republicanos-SP), que extinguiu cargos no Adolfo Lutz, Butantan e Instituto Agrônomico”.



Edifício principal do Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo

Desmonte

“É uma referência nacional. Sempre foi um instituto muito importante para saúde pública. Mas, infelizmente, tem sido sistematicamente desmontado, sucateado nos governos do PSDB, e, agora de forma mais aprofundada ainda no governo Tarcísio (Republicanos-SP), que além de estrangular o investimento, agora vem com essa ideia de transferir o Adolfo Lutz e demolir, inclusive, parte importante dessa estrutura, que é uma estrutura centenária”, pontua.

Único local

“É inacreditável que o único local possível em que se possa criar um novo hospital, dentro de toda a cidade de São Paulo, seja justamente ali no prédio do Adolfo Lutz”, acrescenta. O **Correio da Manhã** entrou em contato com o governo do Estado de São Paulo e aguarda o posicionamento do Palácio dos Bandeirantes, caso deseje manifestar-se.

PINGA-FOGO

João e Maria

A Prefeitura anunciou uma cooperação técnica com a Comunidade para fazer a revisão das normas de obras e edificações do município. A organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que atua na criação de pontes entre a iniciativa privada, o setor público e a sociedade civil, visando aprimorar a gestão pública e fomentar o desenvolvimento social.

Odisseia

A legislação atual é de 2003, e, francamente, senhores, são necessários 23 anos para modernizar a documentação de um setor tão vital para a economia? Trata-se de um texto sobre legislações e normas, há mais de duas décadas sem revisão, sendo este o segundo mandato do prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP).

Ilíada

A revisão visa deixar o município com um ordenamento moderno, que facilite a vida de quem quer empreender, agilizando o processo. A atualização está alinhada à política federal do Programa Construa Brasil, pois as regulamentações de duas décadas transformaram o cenário da construção civil nacional, enquanto Campinas parou no tempo.

Admirável Mundo Novo

De acordo com a prefeitura, a revisão vai contemplar transformação digital, desburocratização, procedimentos autodeclaratórios e distribuição de competências. A proposta visa oferecer um ambiente favorável para construir, ampliar ou regularizar imóveis, mantendo a consonância com o Plano Diretor e com a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

1ª Lei de Newton

A demora histórica trava o avanço de Campinas e encarece o custo de produção das empresas locais. Esperar mais de duas décadas por um ordenamento básico sabota o potencial econômico municipal e afugenta investimentos estratégicos, para dizer o mínimo. Pecou a gestão atual e a anterior.

Kafka burocrático

A burocracia excessiva prejudica a arrecadação da própria prefeitura de Campinas. A falta de agilidade no licenciamento de projetos imobiliários pune o bom empreendedor e, além disso, atrasa a geração de novos empregos na cidade. O poder público precisa ser mais ágil e em todos os sentidos.



Cerimônia será no 'Monumento aos Heróis de 32' no Cemitério da Saudade

Campinas celebra 94 anos da Revolução Constitucionalista

Solenidade cívico-militar será na quinta-feira, 9 de julho, às 9h

Campinas realiza na quinta-feira, 9 de julho, a Solenidade Cívico-Militar em comemoração aos 94 anos da Revolução Constitucionalista de 1932. A cerimônia será realizada às 9h, no Mausoléu do Soldado Constitucionalista, na Praça Voluntários de 32, no Cemitério da Saudade, e integra as comemorações do feriado estadual. O evento é gratuito, e aberto ao público, e presta homenagem aos soldados que participaram da Revolução Constitucionalista de 1932, reconhecendo a atuação dos ex-combatentes e preservando a memória de um dos movimentos da história de São Paulo. Também relembra os princípios relacionados à defesa da Constituição: democracia, liberdade, legalidade e cidadania, presentes nas reivindicações do movimento.

A cerimônia reúne representantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Sociedade Veteranos de 32 - MMDC (sigla dos mártires Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo), da Guarda Municipal, do Exército Brasileiro, do Grupo Escoteiro do Brasil e da Prefeitura, além de autoridades civis, militares e convidados.

O MOVIMENTO

A Revolução Constitucionalista teve início em 9 de julho de 1932, mobilizando forças paulistas em defesa da convocação de uma Assembleia Constituinte e da promulgação de uma nova Constituição para o Brasil.

O movimento faz parte da história do Estado de São Paulo e permanece presente na memória por meio de homenagens, cerimônias e ações de preservação histórica.

Entre os combatentes, encontra-se o soldado Nabor de Moraes, que nasceu na Vila Jaguari, em Jaguariúna, e que aos 18 anos integrou o 5º Regimento de Infantaria do Exército, formado por reservistas do Tiro de Guerra 176 de Campinas, além de voluntários da região. Durante a campanha, Moraes foi designado para o setor do Túnel da Mantiqueira, mas, em 16 de julho de 1932, foi ferido em combate e morreu em 31 de agosto daquele mesmo ano.

Após quase quatro meses de combate (até de 9 de julho a 2 de outubro), a revolução terminou com a rendição das tropas paulistas. Apesar da derrota militar, o movimento pressionou Getúlio Vargas a convocar a Assembleia Constituinte de 1933, que elaborou a Constituição de 1934.